

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 4.^a SL

Em 13 de março de 2019, pelas 9 horas e 50 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Informações;
- 2 - Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;
- 3 - Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - Proposta de Lei n.º 182/XIII/4.^a (GOV) - Altera o Código Penal e o Código do Processo Penal acolhendo as disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o tráfico de órgãos humanos - Relatora: Deputada Sandra Pereira (PSD)
 - Projeto de Lei n.º 1144/XIII/4.^a (CDS-PP) - Nomeação dos Membros das Entidades Administrativas Independentes - Relator - Deputado Fernando Anastácio (PS)
 - Projeto de Lei n.º 669/XIII/3.^a (PAN) - Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, regulada pelo Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de Maio - Relatora - Deputada Emília Cerqueira (PSD)
 - Projeto de Lei n.º 1104/XIII/4.^a (BE) - Altera a composição do Conselho Nacional de Bombeiros, possibilitando a representação da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (3.^a alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio) - Relatora - Deputada Emília Cerqueira (PSD)
- 4 - Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas: Projeto de Lei n.º 1028/XIII/4.^a (CDS-PP) - Quinta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário): adita a competência do Tribunal da Propriedade Intelectual;
- 5 - Apreciação e votação dos requerimentos (3) apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Embaixador Luís Barreira de Sousa enquanto responsável em Portugal pelo sistema de alerta rápido de campanhas de desinformação que a União Europeia está a implementar, e para audição da Procuradora-Geral da República e do Conselho Superior da Magistratura no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica;
- 6 - Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Secretário de Estado da Proteção Civil e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, para prestar esclarecimentos sobre o processo de integração no Estado dos operacionais das salas de gestão de emergências dos comandos distritais e nacional da ANPC;
- 7 - Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente da Petição n.º 564/XIII/4.^a - Solicitam a adoção de medidas com vista ao alargamento dos direitos eleitorais na CPAS - Relator - Deputado José Manuel Pureza (BE)
- 8 - Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
- 9 - Outros assuntos.

10:30 Horas Audição da Ministra da Justiça ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, com a inclusão de dois pontos autónomos:

- sobre as demissões no Instituto dos Registos e do Notariado [requerimento do Grupo Parlamentar do PSD]
- para esclarecimentos sobre o episódio ocorrido no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira [requerimento do Grupo Parlamentar do PSD]

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 4.^a SL

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos (PS), procedeu-se à distribuição de iniciativas legislativas, nos seguintes termos:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	DISTRIBUIÇÃO COMISSÃO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 1146/XIII/4. ^a (NInsc)	Alarga os direitos de cidadania no âmbito das Iniciativas Legislativas dos Cidadãos (Procede à quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho)	06-03-2019	06-03-2019	13-03-2019	Deputada Andreia Neto (PSD) a 13-03-2019
PJL 1147/XIII/4. ^a (PSD)	47.ª Alteração ao Código Penal, criando restrições à suspensão da execução da pena de prisão nos processos por crime de violência doméstica e elevando a moldura penal deste crime	08-03-2019	08-03-2019	13-03-2019	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 <u>Pareceres solicitados a 13-03-2019 ao:</u> CSM, CSMP, OA e APAV
PJL 1148/XIII/4. ^a (PSD)	32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, impedindo a recusa de depoimento por parte da vítima de violência doméstica e proibindo a suspensão provisória dos processos por crime de violência doméstica	08-03-2019	08-03-2019	13-03-2019	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 <u>Pareceres solicitados a 13-03-2019 ao:</u> CSM, CSMP, OA Convite a pronúncia efetuada à APAV a 13-03-2019
PJL 1149/XIII/4. ^a (PSD)	32.ª Alteração ao Código de Processo Penal, permitindo a aplicação da medida de coação de proibição e imposição de condutas quando houver fortes indícios da prática do crime de perseguição	08-03-2019	08-03-2019	13-03-2019	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 <u>Pareceres solicitados a 13-03-2019 ao:</u> CSM, CSMP, OA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 4.^a SL

					Convite a pronúncia efetuada à APAV a 13-03-2019
PJL 1150/XIII/4. ^a (PSD)	3.^a Alteração à Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro (regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários), assegurando formação obrigatória aos magistrados em matéria de violência doméstica	08-03-2019	08-03-2019	13-03-2019	Pareceres solicitados a 13-03-2019 ao CSM, CSMP, CSTAF e OA Convite a pronúncia efetuada à APAV a 13-03-2019
PJL 1151/XIII/4. ^a (PSD)	6.^a Alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas	08-03-2019	08-03-2019	13-03-2019	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 13-03-2019 Pareceres solicitados a 13-03-2019 ao CSM, CSMP, OA e APAV Convite a pronúncia efetuada à APAV, APMJ e UMAR a 13-03-2019

Foi ainda designado o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) para relator da pronúncia solicitada pela Comissão de Assuntos Europeus sobre a Proposta de Lei n.º 187/XIII (PSD) - [Aprova medidas de contingência a aplicar na eventualidade de uma saída do Reino Unido da União Europeia sem acordo.](#)

O Relator designado apontou para a necessidade de o parecer da Comissão se debruçar sobre a norma constante do n.º 2 do artigo 17.º, sobre tratamento equivalente, no sentido de serem adequadamente asseguradas as certeza e segurança jurídicas num eventual ato de suspensão da aplicação destes direitos.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS/PP) chamou a atenção para a necessidade de a Comissão abordar a questão dos direitos políticos destes cidadãos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 4.ª SL

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, foram apreciados os seguintes pareceres:

- sobre a [Proposta de Lei n.º 182/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - *Altera o Código Penal e o Código do Processo Penal acolhendo as disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o tráfico de órgãos humanos*, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), após o que o [parecer](#) foi aprovado por unanimidade (partes I e III), na ausência do PEV;

- sobre o [Projeto de Lei n.º 1144/XIII/4.ª \(CDS-PP\)](#) - *Nomeação dos Membros das Entidades Administrativas Independentes*, que foi apresentado pelo Relator, Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS). Após a apresentação do parecer, na qual o Relator considerou dever ser assinalada a inconstitucionalidade da iniciativa por incumprimento do disposto no artigo 110.º n.º 2 da CRP e do artigo 120.º, n.º 1, alínea a) do RAR, teve lugar um debate em que intervieram os Senhores Deputados Vânia Dias da Silva (CDS/PP) – que recordou que as opiniões sobre a constitucionalidade das iniciativas não deveriam obstar à prossecução da tramitação da iniciativa, que era livre -, Filipe Neto Brandão (PS), Luís Marques Guedes (PSD), Carlos Peixoto (PSD), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP), que recordaram a jurisprudência constitucional e os antecedentes parlamentares na matéria, que apontavam para a falta de sustentação constitucional da norma que atribuía ao Presidente da República o poder de designação dos membros dos órgãos de direção das entidades administrativas independentes, tendo porém convergido na consideração de que tal problema de constitucionalidade não deveria obstar à apreciação da iniciativa em Plenário (tanto mais que estava em causa um agendamento potestativo de uma iniciativa admitida, pelo que o debate sempre se faria), na convicção de que pudesse vir a ser resolvido no decurso do processo legislativo. Em resposta à intervenção da Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS/PP), o Senhor Deputado António Filipe (PCP) precisou que, não obstante a Assembleia da República não ter as atribuições do Tribunal Constitucional em matéria de fiscalização da constitucionalidade, não se poderá considerar que pode aprovar normas inconstitucionais. Nesse sentido, manifestaram dúvidas quanto à conclusão do parecer que prescrevia que o Projeto de Lei “*encontrando-se em incumprimento do disposto no artigo 110.º n.º 2 da CRP e do artigo 120.º n.º 1 alínea a) do RAR, não deveria ter sido admitido, não reunindo, nessa medida, os requisitos para ser discutido e votado em plenário.*” Deixaram por isso à consideração do Relator a possibilidade de ser mitigada esta conclusão, o que veio a ocorrer, tendo o Relator optado por sinalizar



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 4.ª SL

claramente a inconstitucionalidade da norma, muito embora reformulando aquela conclusão no sentido de que havia condições regimentais para prosseguir a tramitação da iniciativa.

Submetido a votação, [o parecer](#) foi aprovado (partes I e III) com os votos a favor do PSD, PS, BE e PCP e a abstenção do CDS/PP.

Por fim, o Senhor Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou o [requerimento](#) do Grupo Parlamentar do PSD para audição do Secretário de Estado da Proteção Civil e da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, para esclarecimentos sobre o processo de integração no Estado dos operacionais das salas de gestão de emergências dos comandos distritais e nacional da ANPC. Interveio em seguida a Senhora Deputada Susana Amador (PS), que assinalou que, muito embora considerasse que tais questões haviam ficado esclarecidas na audição do Senhor Ministro da Administração Interna, ocorrida na véspera, na qual o Senhor Secretário de Estado prestara abundante informação sobre a regularização das situações destes profissionais, o seu Grupo Parlamentar não se oporia à realização da audição.

Submetido a votação o requerimento foi aprovado com os votos a favor do PSD, BE, CDS/PP e PCP e a abstenção do PS, na ausência do PEV.

Foram ainda apresentados pela Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) os requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Procuradora-Geral da República no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica e do Conselho Superior da Magistratura (CSM) sobre a formação contínua dos magistrados judiciais acerca do fenómeno da violência doméstica. Intervieram a Senhora Deputada Susana Amador (PS), que recordou o trabalho que vinha a ser realizado na matéria, e os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS) e Jorge Lação (PS), que suscitaram dúvidas sobre a adequação da audição do CSM e sobre a eventual maior pertinência da audição da Direção do CEJ.

O Senhor Presidente recordou que, em Outubro de 2018, havia sido aprovado um requerimento do PS para audição da Direção do Centro de Estudos Judiciários, com vista a proceder a uma reflexão sobre programas de formação e medidas a adotar para a melhor sensibilização das magistraturas na realização dos valores constitucionalmente consagrados da igualdade de género, tendo então sido deliberado,



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 4.ª SL

sob proposta do Senhor Presidente, começar por ouvir os representantes designados pela AR para o Conselho Geral do CEJ e para o Conselho Pedagógico do CEJ. Lembrou ainda que o Grupo Parlamentar do PS apresentara previamente um requerimento, também aprovado, para audição do Conselho Superior da Magistratura na sequência de notas emitidas à Comunicação Social a propósito de um acórdão do Tribunal da Relação do Porto num caso de violência doméstica.

A Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD) admitiu que fosse mais pertinente ouvir a Direção do CEJ, mas lembrou que cabe ao CSM o acompanhamento das ações de formação inicial e de formação contínua realizadas pelo Centro de Estudos Judiciários, designadamente apresentando sugestões e propostas relativamente a planos de estudo e de atividades destinados à formação inicial e contínua de juizes.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) propôs que se sobrestasse na audição do CSM caso os esclarecimentos do CEJ fossem considerados suficientes.

Por não ter sido conclusivo o debate, a votação dos requerimentos foi adiada para a reunião seguinte da Comissão.

Por serem 10h50, foi ainda deliberado adiar para a reunião subsequente da Comissão a apreciação dos demais pareceres sobre iniciativas legislativas e o requerimento não apresentado, bem como os pontos 4, 7 e 8 da ordem do dia, atento o agendamento da audição da Senhora Ministra da Justiça para as 10h30.

Às 11 horas, teve início a audição regimental da Senhora Ministra da Justiça (Francisca Van Dunem), que se fez acompanhar da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça (Helena Mesquita Ribeiro) e da Senhora Secretária de Estado da Justiça (Anabela Pedroso), ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do RAR. Após a intervenção inicial da Senhora Ministra, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim e Andreia Neto (PSD) – que apresentou os requerimentos que constavam da ordem de trabalhos como ponto autónomo -, Fernando Anastácio (PS), José Manuel Pureza (BE), Telmo Correia e Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e António Filipe (PCP), tendo a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado da Justiça respondido individualmente às questões colocadas. Interveio ainda, para um pedido de esclarecimento, a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), a quem a Senhora Ministra e a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça deram resposta final.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 34/XIII/ 4.ª SL

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Presidente da Comissão deu por concluída a audição, agradecendo à Senhora Ministra da Justiça e às Senhoras Secretárias de Estado os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de março de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 34/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Emília Cerqueira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Vânia Dias da Silva
Amadeu Soares Albergaria
Jorge Lação
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
José Luís Ferreira
José Silvano
Pedro Delgado Alves
Teresa Morais

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: